



A Lei de Inovação Tecnológica: mais prejuízos para as Universidades Públicas

Está em tramitação no Congresso Nacional uma Lei de Inovação Tecnológica. Nos termos desta lei, docentes de universidades públicas podem se afastar para tentar criar empresas de base tecnológica. Além disso, permite que pessoal, equipamentos e espaços das universidades públicas possam ser utilizados por empresas privadas, “voltadas para o desenvolvimento científico”.

Caso o empreendimento dê certo e o pesquisador venha a se desligar em definitivo, em lugar de este indenizar a instituição que o financiou, é ela que o indeniza com um valor proporcional ao tempo em que ficou afastado. Além disso, para o financiamento das atividades do setor privado, que forem interpretadas como desenvolvimento tecnológico, poderão ser utilizadas

verbas públicas, inclusive de agências públicas de fomento, como por exemplo a Fapesp.

Por incrível que possa parecer, o artigo 12 veda a “dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de Instituição Científica e Tecnológica (ICT), divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente, ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT”. Nada mais anti-universitário do que introduzir segredo e sigilo nas suas atividades.

É inegável que o Brasil sofre, fruto da falta de investimento estratégico, de um atraso tecnológico que só será sanado por investimento e políticas públicas concretas e duradoras. O setor privado no Brasil não irá investir em

desenvolvimento tecnológico, preferindo, dado seu perfil internacionalizado, pagar *royalties* e direitos para comprar pacotes prontos do exterior.

No entanto, este processo de ataque ao atraso tecnológico não pode impor encargos adicionais às universidades públicas brasileiras. Essas instituições estão sufocadas e sobrecarregadas, por falta crônica de investimento, salários modestos e defasados e falta de assistência estudantil que garanta a permanência do estudante na instituição. A distribuição geográfica das universidades públicas é precária e cada vez menos estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos têm acesso a essas instituições. No Estado de São Paulo, por exemplo, apenas 1,8% dos jovens nesta faixa etária tem acesso a uma universidade pública. Trata-se, tanto

no âmbito nacional, como no estadual, de um dos ensinos superiores mais privatizados do mundo!

A proposta encaminhada pelo governo Lula não é solução para os problemas de desenvolvimento tecnológico brasileiro. Representa, isto sim, mais um passo no aprofundamento da privatização do setor público. É necessário frisar que o papel das universidades públicas não é o de fornecer mão-de-obra e capacidade instalada a custo zero para o setor privado, nem pagar a conta da falta de investimento estratégico em tecnologia. Seu papel é estabelecer um ambiente onde pesquisa (não adaptação tecnológica), ensino crítico e de qualidade, bem como extensão, são exercidos de modo indissociável, propiciando bases sólidas para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

Dada a condição hoje existente, é óbvio que precisamos de um projeto de longo prazo (10 a 15 anos), que independa do governo de plantão, para atingirmos um patamar apenas razoável no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior público. De outro lado, a atividade de pesquisa necessita urgentemente de mais investimento; e os jovens cientistas, hoje desempregados e desiludidos, são quadros importantes para propiciar a ampliação do parque de universidades públicas, mantendo a qualidade das suas atividades-fim: pesquisa, ensino e extensão.

A extensão, que deve ter como origem e destino o ensino e a pesquisa, não pode ser desculpa para venda de serviços de qualquer espécie, muito particularmente de ensino. A idéia de que fundações privadas ou que recursos do setor privado podem resolver o problema do ensino superior público no Brasil é apenas um recurso demagógico para tentar ocultar a vontade política do governo de desresponsabilizar-se para com os serviços públicos básicos, propiciando a sua mercantilização e o auferimento de enormes lucros com as necessidades básicas (na realidade, direitos cassados) da maioria da população brasileira.

No caderno “A Contra-Reforma da Educação Superior”, distribuído recentemente aos docentes pela Adusp, há diversos textos que analisam em profundidade o conjunto das propostas do governo federal para a universidade, em particular a questão da inovação tecnológica.

Cronograma de Atividades

4ª feira, 20/10, às 13 h: debate sobre Reforma Universitária, no Anfiteatro do Instituto Oceanográfico.

5ª feira, 21/10, às 12 h: reunião do CR da Adusp, aberta a todos os associados. A assessoria jurídica da Adusp estará presente para falar da ilegalidade de professores que exercem cargos executivos participarem de organismos decisórios de fundações privadas.

6ª feira, 22/10, às 18 h, na Maria Antonia: coquetel de lançamento da Revista *Adusp*: “Segredos da Ditadura Militar”.

Domingo, 24/10, a partir das 9h: Plenária contra a Reforma Universitária. Na Unifesp (Escola Paulista de Medicina).

3ª feira, 26/10, 17 h: Assembléia Geral da Adusp, no Anfiteatro Sul do IF.

Pauta:

*Eleição dos delegados p/ o Conad do Andes-SN

*Indicativo de paralisação em 11/11, dia de protesto contra a Reforma Universitária

*Fundações: ações concretas e perspectivas

Direito social

A responsabilidade de manter e ampliar estas instituições é do estado, pois envolve um direito social, amplo e irrestrito: o direito ao conhecimento e ao exercício pleno da cidadania. Para isto é necessário ampliar consideravelmente a oferta de ensino público e gratuito em todos os níveis, em particular do ensino superior. Os Planos Nacional e Estadual de Educação construídos pela sociedade brasileira através dos Fóruns Nacional e Estadual em Defesa da Educação Pública fornecem parâmetros concretos para o desenvolvimento da educação superior, de modo a chegar a atender 40% da demanda na faixa etária de 18 a 24 anos.

Despesas com a Campanha Salarial 2004

Uma parcela das contribuições à Adusp destina-se a um fundo de reserva, previsto em nosso regimento, cuja principal função é viabilizar campanhas em defesa de nossas condições de vida e trabalho, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e igualitária. A campanha de resistência à contra-reforma da Previdência, no ano passado, por exemplo, consumiu um volume significativo de recursos financeiros. Mas em geral as campanhas salariais é que determinam os períodos de maior concentração de despesas da entidade. Em 2004 isso pode ser avaliado nos balancetes do período de maio a julho de 2004, cujo

resumo é apresentado na Tabela 1.

Os principais itens que refletem as atividades da campanha são o de comunicação e imprensa e gastos com eventos e transporte. A produção de cartazes, boletins e informativos em maior quantidade, bem como a nota publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (63 mil reais, parcelados), compõem o aumento nos gastos em comunicação e imprensa. Os gastos com eventos e transporte estão associados com aluguéis de ônibus para manifestações nas reuniões com o Cruesp e outras manifestações do Fórum das Seis.

As despesas conjuntas com as demais entidades so-

Tabela 1 – Resumo do Balanço do período da campanha salarial, apresentando receita líquida, despesas e itens preponderantes

	Receita Líquida	Total de Despesas	Despesas/Receita	Transportes + eventos + comunicação/ Despesas
Maio de 2004	R\$ 125.049,59	R\$ 148.736,01	119%	31%
Junho de 2004	R\$ 124.555,47	R\$ 225.029,80	181%	54%
Julho de 2004	R\$ 120.560,00	R\$ 264.097,16	219%	63%

maram R\$ 245.509 e foram rateadas proporcionalmente às respectivas arrecadações. Neste conjunto de despesas, a Adusp antecipou alguns gastos, dadas as dificuldades financeiras de algumas entidades co-irmãs. Assim,

temos R\$ 16.111 a serem restituídos até o início de 2005. Grande parte do aumento nas despesas em julho de 2004 deveu-se à nota paga publicada na *Folha de S. Paulo*, encaminhada conforme decisão de nossa assembléia.

No período de maio a julho as despesas excederam a receita (Tabela 1), e foram compensadas com saques do fundo de reserva, mostrando como este é fundamental para a viabilização de nossas lutas.

Revista Adusp 33 e os segredos da Ditadura na USP

A *Revista Adusp* 33, em circulação nesta semana, retoma a trilha aberta por sua edição 13, de 1998, que tratou da repressão política na USP durante a Ditadura Militar. No Arquivo do Estado, a equipe da *Revista Adusp* pesquisou centenas de documentos — referentes a professores, estudantes e funcionários da USP, bem como a entidades estudantis e sindicais — guardados pelo Dops, gerados seja pela funesta Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi), que atuava estreitamente ligada à Reitoria, seja pelo Dops, Exército, Aeronáutica, Marinha, SNI ou Polícia Federal. A Adusp também foi alvo de vigilância do Dops, como comprova uma das pastas examinadas.

A partir desses registros, os repórteres ouviram dezenas de pessoas, e reconstituíram histórias e episódios que até agora eram pouco conhecidos, ou simplesmente ignorados.

A *Revista Adusp* 33 será lançada na sexta-feira 22/10, às 18 horas, no Salão Nobre (3º andar) do Centro Universitário Maria Antonia da USP, na Rua Maria Antonia 294, com uma rápida apresentação e um coquetel.



Resumo do relatório de tesouraria - maio a julho de 2004

	Maio	Junho	Julho
1. Receitas			
1.1.1. Contribuição sócios	135.982,18	135.967,96	136.214,77
1.1.2. Repasse Andes	28.535,40	28.556,25	28.553,27
1.1.3. Outros repasses	1.807,22	1.807,50	1.807,39
Contribuição líquida	105.639,56	105.604,21	105.854,11
1.2. Rendimentos fundo de reserva estatutário	11.200,63	16.477,03	12.819,20
1.3. Rendimentos outras aplicações	1,31	1,73	1,57
1.4. Outras receitas variáveis	6.400,87	665,00	7,00
Total de receitas			
2. Despesas			
2.1. Pessoal/encargos sociais/13º/férias*	59.207,57	73.149,52	72.578,18
2.2. Assessorias	5.142,61	6.692,28	5.197,44
2.3. Comunicação	38.211,54	40.668,53	95.186,93
2.4. Eventos/empréstimos/doações a entidades	10.391,24	38.641,74	18.396,19
2.5. Infra-estrutura e manutenção da sede	33.975,83	64.070,23	70.931,03
Total de despesas	146.928,79	223.222,30	262.289,77
3. Ativo financeiro			
3.1. Fundo de reserva estatutário	1.266.265,61	1.143.702,31	1.006.521,01
3.2. Outras aplicações	142,26	143,99	145,56
3.3. Conta-corrente	- 6.722,78	17.666,19	10.731,28
3.4. Caixa secretaria	229,12	29,03	185,57
Saldo global do mês	1.266.224,90	1.165.750,57	1.022.142,18

*Incluídas horas-extras motivadas pela campanha salarial

Parecer jurídico atesta incompatibilidade entre cargo público e cargo em fundação “de apoio”

A Adusp acaba de lançar o caderno *Fundações privadas x Universidade pública*, que consiste de parecer da advogada Lara Lorena Ferreira, integrante da assessoria jurídica da entidade, quanto à legalidade de docentes da USP ocuparem cargo em fundações privadas ditas “de apoio”.

O estudo parte do fato de que os estatutos vigentes de fundações privadas, como a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe) e a Fundação de Apoio à USP (Fusp), estabeleceram vínculos compulsórios entre ocupantes de cargos da USP (reitores, diretores, chefes de departamento) e os órgãos diretivos daquelas entidades privadas.

Após minucioso exame da matéria, a dra. Lara conclui ser “ilegal impor obrigações aos servidores públicos (art. 10 da Lei 10.361/68), no exercício da chefia ou não, a quaisquer atividades que não

lhe são afetas por determinação legal, como participar de atos de fundações privadas, que não são atividades-fim ou atividades-meio da Universidade”. Acrescenta que “os chefes da administração pública no exercício de suas atividades não têm dever funcional algum para com as obrigações que uma instituição privada lhes impõe, haja visto que o estatuto das fundações privadas não tem o condão de impor obrigações a servidores públicos, seja em cargo administrativo ou não”.

Conflito de interesses

O parecer também chama atenção para a possibilidade de conflito de interesses, sempre que o docente em cargo público de chefia ocupar cargo diretivo em fundação privada com a qual a USP se relacione. “Figura, assim, em termos de responsabilidade e representatividade legal, em ambos os pólos,

contratante e contratado, no mesmo contrato”.

O conflito de interesses é questão crucial, quando se sabe que expressivo contingente de membros do Conselho Universitário da USP (CO) tem ligações com as fundações privadas, e no entanto cabe a este colegiado decidir a respeito do tema. Em setembro de 2001 o *Informativo Adusp* já questionava a isenção do CO para julgar questões relativas às fundações “de apoio”. Em novo levantamento, realizado em 2004, constatou-se que o número de membros desse colegiado vinculados a fundações “de apoio” aumentou, saltando de 24 para 27 — ou 35, se considerarmos os sete suplentes.

Desta vez, o *Informativo Adusp* pesquisou o quadro administrativo de 23 das 31 fundações privadas, apurando que, no mínimo, 24% dos 113 integrantes titulares do CO têm algum tipo de ligação com aquelas entidades.



Encontro Estadual para Barrar a Reforma Universitária

No dia 24/10, domingo, será realizado, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, antiga Escola Paulista de Medicina), o Encontro Estadual para Barrar a Reforma Universitária. O evento reunirá docentes, estudantes e funcionários de universidades públicas e privadas de todo o estado de São Paulo, tendo por objetivo principal preparar a mobilização para

as atividades dos dias 11/11 (“Dia nacional de paralisação nas universidades brasileiras e de luta contra a mercantilização da educação”) e 25/11 (“Grande marcha a Brasília para barrar essa reforma universitária”), contra a reforma universitária proposta pelo Governo Federal.

Organizado pelo Andes-SN, Fórum das Seis, Plenária das Escolas Particulares,

DCE-USP e organizações estudantis da Unesp e da Unicamp, o Encontro faz parte das atividades propostas na Plenária Nacional para Barrar essa Reforma Universitária, realizada no último dia 12/9, em Brasília, quando o tema foi amplamente discutido e foram definidas ações unificadas de âmbito estadual e nacional de resistência ao processo em

andamento, contando com a presença de 1300 pessoas de todo o país.

Programação:

Data: 24/10

Local: Unifesp – R.

Botucatu, 740, Anfiteatro A

9h -12h – Mesa de discussão sobre Reforma Universitária:

Francisco de Oliveira (USP),

João dos Reis Silva Jr. (UFSCar), Iole Ilíada Lopes (Andes-SN – Regional SP)

12h-13h – Almoço

13h-15h – Grupos de discussão. Tema: organização das atividades de mobilização nos dias 11/11 (São Paulo) e 25/11 (Brasília)

16h – Plenária Final

Assembléia Geral da Adusp

3ª feira, 26/10, 17h00 • Anfiteatro Sul do IF

Fórum das Seis reúne-se com Cruesp

No dia 13/10/04, em Campinas, o Fórum das Seis reuniu-se com o Cruesp para discutir a questão da expansão do ensino público em São Paulo. Estavam presentes os três reitores, representantes dos sindicatos de docentes e funcionários e representantes do DCE-USP e das organizações estudantis da Unicamp e Unesp.

Após discussão do tema, durante a qual o Fórum apontou o Plano Estadual de Educação elaborado pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública como eixo para sua ação, foram acordadas com o Cruesp as seguintes diretrizes comuns:

1) Defesa da Expansão de Vagas na Universidade Pública, com o necessário aumento do financiamento público, tanto estadual quanto federal para garantir a qualidade do ensino da pesquisa e da extensão e uma política ativa e inclusiva de permanência e assistência estudantil;

2) Contratação, por concurso público, de professores e funcionários;

3) O financiamento do atual parque instalado, bem

como da necessária expansão do ensino superior público, deve ser feito por dinheiro público.

Durante a reunião foram discutidos vários aspectos negativos do atual processo de expansão, em particular na Unesp. No caso do campus da USP na Zona Leste, o reitor Melfi foi questionado acerca do caráter dos contratos — precários, no lugar de concurso público —, bem como sobre um inciso no edital que permite a acumulação de cargo, emprego ou serviço público para um docente contratado (mesmo que precariamente) em RDIDP. O Reitor ficou de verificar o fato, que deverá ser discutido em reunião com a diretoria da Adusp a ser agendada proximoamente.

Quanto à questão do ingresso para o campus da USP Leste ser feito através de processos seletivos, o Reitor informou que a seleção por concurso público inviabilizaria o início dos cursos em 2005. Comprometeu-se a regularizar, rapidamente, a situação desses novos contratados. Aliás, já era hora de es-

Desde o final de setembro, a página eletrônica da USP Leste (<http://www.uspleste.usp.br>) anuncia a abertura de inscrições para contratação de docentes em seus dez novos cursos, previstos para ter início no ano que vem.

Dois problemas graves foram identificados nos editais de abertura de inscrições. O primeiro diz respeito à forma de seleção: processo seletivo. Desde que se começou a pensar a criação de um campus da USP na zona leste, a Reitoria foi questionada, em diversas ocasiões, sobre como seria a contratação de docentes para os novos cursos. Em todas elas, foi garantido que o processo seria realizado através de concurso público, o que, como se pode ver,

tender o programa de regularização dos precários a docentes com qualquer tempo de casa.

USP Leste contratará docentes por processo seletivo

não está sendo cumprido (leia relato da reunião no texto ao lado).

A seleção será feita em duas fases, sendo a primeira, de prova escrita, eliminatória. Os candidatos aprovados na segunda fase (provas de arguição e didática) serão avaliados por uma Comissão de Seleção, que decidirá quais os primeiros colocados para cada vaga, através das indicações dos membros da Comissão. Haverá ainda uma reserva de cerca de 20% das vagas aos docentes já contratados da USP que solicitaram transferência para o novo campus.

Acúmulo de cargos

O segundo problema encontrado reside no segundo ponto do item 9, que trata das condições para contra-

tação: “Ser autorizada a acumulação, caso o candidato exerça outro cargo, emprego ou função pública”. Na prática, isso permitirá que, desde que apresentem tal autorização, professores acumulem cargos públicos de qualquer natureza, mesmo aqueles contratados em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) — o que descaracterizaria completamente seu regime de contratação, podendo prejudicar a qualidade de seu trabalho na Universidade.

Até o momento, já foram publicados 31 editais no Diário Oficial do Estado, com oferecimento de 65 vagas destinadas a professores doutores, sendo 59 em RDIDP e seis em Regime de Turno Completo (RTC).

Ao final da reunião ficou acertada uma reunião técnica com a equipe do Cruesp para acompanhar a evolu-

ção do ICMS (que vai bem, obrigado) e das folhas de pagamento das três universidades.

Sintusp lutará contra terceirizações na USP

Um dos eixos centrais da luta do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) será contra a terceirização de serviços no campus. Em uma das últimas reuniões do Cruesp com o Fórum das Seis, o reitor Adolpho Melfi anunciou o aumento das terceirizações devido ao alto custo de manutenção da USP. Na reunião, o professor Adilson Carvalho afirmou que a contratação de empresas terceirizadas reduziria os custos à metade, e produziria serviços de maior qualidade e com maior eficiência.

“Uma afirmação como essa desqualifica o trabalhador da USP”, diz Magno de Carvalho, diretor do Sintusp. “Se soubéssemos que o plano era esse, o eixo central de nossa luta na campanha salarial deste ano seria contra isso, porque de que adianta termos conquistado reajuste e benefícios, se agora corremos o risco de perder os nossos empregos?”

O primeiro passo para a terceirização generalizada na USP será dado nos restaurantes universitários. De acordo com um levantamento feito pela Reitoria, além de o

custo da refeição ser muito alto (cerca de R\$ 6,70), há atualmente 50 funcionários afastados devido a problemas de saúde, como Lesões por Esforço Repetitivo (LER). Mas Magno lembra que desde a gestão anterior, do reitor Jacques Marcovitch, o Sintusp já havia chamado a atenção para este problema, e a Reitoria havia se comprometido a melhorar a estrutura e as condições de trabalho dos restaurantes.

Trabalho pesado

“Os equipamentos são ultrapassados, o trabalho é

extremamente pesado. Mas eles não fizeram nada, e agora resolvem terceirizar achando que vão acabar com a LER”, diz. O bandeirão do Instituto de Química deverá ser reaberto com serviço já totalmente terceirizado. A USP Leste também terá grande parte de seus funcionários oriundos de empresas de prestação de serviços.

Atualmente, os serviços de segurança e limpeza já são em grande parte terceirizados. A Prefeitura, que no passado chegou a ter cerca de 1.500 funcionários, conta hoje com menos de 500. “É

um absurdo. A terceirização vai destruir a qualidade da USP, porque a Universidade não depende só de professores, mas de técnicos e funcionários em todas as áreas”, diz Magno.

Ele lembra que as empresas terceirizadas visam lucro, e para obtê-lo acabam colocando um número bem menor de funcionários necessários, que precisam trabalhar por até três, quatro pessoas. “Não vamos aceitar isso. Vamos levantar toda nossa categoria, e com certeza vai dar um grande movimento”, diz Magno.